

A MINHA, A TUA E A NOSSA PÁTRIA: LIVROS ESCOLARES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA DÉCADA DE 1920.

Raquel da Silva Alves¹

Em historia, **o todo** inicial não póde ser a genese biblica, ou evolucionista, do genero humano, com que se costuma preambular a historia, para logo depois, divagar sobre um amontoado de nomes, datas, factos, numerosas dynastais, narrações de perfidias, proezas gigantescas, triumphos occasionaes do crime, sem nenhum sentimento de naturalidade dos seus personagens, nenhum sentimento da realidade, nenhuma observação da alma humana, nenhuma visão de vida pratica. **O todo** inicial dos estudos da historia é a historia do proprio individuo, a da escola que frequenta, a da cidade que habita, consultando, o estudante mesmo, documentos, certidões de baptismo, monumentos historicos, inscrições, confrontando testemunhos e tradições. Depois, num encadeiamento inteligente, se passa ao estudo da historia patria, na evolução dos seus principios politicos, nos factos dominantes da sua formação, desenvolvimento, aspirações e glorias. (Revista de Ensino, ano XVIII, jun/dez/1918, p. 67)

O excerto acima resume as inadequações presentes no ensino da história na escola primária. Reforçando a defesa de uma narrativa histórica com sentidos práticos em uma perspectiva aproximada da filosofia da história. Os enredos deveriam considerar sentidos da realidade, a história era permeada de comparativos acentuados. O uso da narração de histórias é apropriado como mecanismo de ensino da história do Ceará para crianças nas décadas de 1920 e 1930. Esse recurso apresenta-se como uma forma de estabelecer sentidos para o uso do passado como exemplo para a ação dos homens no presente.

¹ Doutorado em História Social – UFC. Professora da rede pública de ensino

Vale salientar que as narrativas sobre o passado que constituem os livros escolares nesse período também eram consideradas como objeto da metodologia do ensino de história. As questões relacionadas ao ensino primário nesse período foram estabelecidas pelo método da Escola Nova. Nessa perspectiva, o método de ensino era posto também componente na formação do cidadão. As ideias de ensino escolanovista passaram a ser empregadas nas escolas brasileiras como uma resposta para os problemas sociais do país. A abordagem do tema pode ser dividida em questões pertinentes ao ensino de maneira geral e aos estudos históricos.

As publicações didáticas priorizadas neste trabalho tinham como objetivo principal abordar a história local estabelecendo conexões com a história nacional e eram destinadas a alunos e crianças. A análise dessas obras permite observar as experiências que esses sujeitos produziram e que são relevantes na elaboração da disciplina de história.

No presente artigo busca-se examinar os materiais didáticos² indicados para uso no ensino de história nas escolas primárias cearenses. Pretende-se, desse modo, pensar a escrita sobre a história nacional e local destinadas às crianças presentes nas publicações indicadas para uso escolar. Em específico, serão analisados os livros *Minha Pátria*, de João Pinto e Silva (1889-1950) e *Nossa Pátria*, de Rocha Pombo (1857-1933). Dos livros presentes na lista para uso nas escolas cearenses os dois volumes citados acima possuem a linguagem mais simples e os textos suavizam os acontecimentos do passado em forma de historietas sobre a história nacional. O objetivo dessas obras de cunho cívico consiste no pensamento de que o amor à pátria evitaria as intrigas entre os brasileiros.

Para a análise da diversidade de escritas didáticas é utilizada a divisão de categorias de Alain Choppin para o livro didático, em dois grandes blocos: os destinados especificamente ao uso escolar; e os que adquirem esta dimensão pela utilização que a escola faz deles. Em outras palavras, a segunda categoria trata das obras que não foram

² Os materiais didáticos destinados à escola primária apresentavam construções para a história pátria, como aponta Circe Bittencourt, constituídas de: *histórias sobre as tradições brasileiras, informações sobre costumes indígenas, heróis nacionais e seus feitos. Biografias de figuras da história nacional engrossaram, frequentemente, o repertório desta literatura. Os livros de leitura que se constituíram como mais representativos na divulgação da história nacional foram os de Olavo Bilac, especialmente Contos Pátrios e Através do Brasil.* (BITTENCOURT, 1993, p. 214)

publicadas para exclusivo uso escolar, mas que ganharam notoriedade pela escrita acessível às crianças.

Os temas e as abordagens são analisados a partir da narrativa da história com objetivo escolar que se diferencia da escrita historiográfica não apenas na especificidade do público, nesse caso os educadores também são incluídos, mas na linguagem figurativa presente nos textos. Os formatos e o estilo da narrativa tinham a finalidade de alcançar as crianças que frequentavam a escola assim como aquelas que ainda recebiam os primeiros ensinamentos em casa. As obras selecionadas possuem diferentes versões para a história ensinada.

Na tentativa de compreender o papel do livro didático³ no recorte temporal desta pesquisa, faz-se necessário pensar no hiato entre os usos prescritos e usos efetivos que envolvem a investigação sobre a circulação temporal e espacial desse objeto. (CARVALHO, 2007)

A partir do estudo da constituição de um código disciplinar de história para ser ensinado nas escolas primárias cearenses observou-se diferentes componentes educacionais, pedagógicos e didáticos que fundamentaram esse ensino. Dentre as questões mais pertinentes estão os programas de ensino, os cursos de formação de professores e os materiais didáticos.

Os temas e as abordagens são analisados a partir da narrativa da história com objetivo escolar que se diferencia da escrita historiográfica não apenas na especificidade do público, nesse caso os educadores também são incluídos, mas na linguagem figurativa presente nos textos. Os formatos e o estilo da narrativa tinham o objetivo de alcançar as crianças que frequentavam a escola assim como aquelas que ainda recebiam os primeiros ensinamentos em casa. As obras selecionadas possuem diferentes versões para a história ensinada.

³Sobre a classificação de livro didático, é possível atribuir sentidos a partir do uso e do conteúdo presente nas obras. De acordo com Ricardo Ória, essa divisão apresenta-se da seguinte forma: a) *os manuais, que seriam as obras utilitárias de uma classe, concebidas com a intenção de servir como suporte escrito de uma determinada disciplina escolar;* b) *as edições clássicas ou leituras escolhidas, compostas de obras clássicas da literatura e da cultura, com comentários e anotações adequadas para o uso escolar;* c) *as obras de referências, integradas por dicionários, atlas, enciclopédias, compilação de documentos, etc;* d) *as obras para escolares, que compreenderiam um conjunto heterogêneo de obras destinadas a resumir, reforçar e exercitar os conteúdos educativos trabalhados pela instituição escolar.* (ÓRIA, 2011, p.46)



A pertinência desses materiais deve-se à presença de mecanismos que representam de maneira diversa os mesmos temas da história pátria. As interpretações dos episódios históricos partem de construções textuais que enfatizavam as características peculiares dos personagens, aproximando-se em determinados trechos, da delimitação de perfis psicológicos. Em alguns casos, a escrita da história escolar demonstra a construção que o autor deseja para a leitura, criando para isso um perfil de leitor ideal. Os dados relativos à tiragem de exemplares e as edições posteriores a esse período estão em segundo plano, devendo-se observar que a repercussão desses livros no âmbito nacional não era decisiva para a sua seleção no uso escolar. Ao contrário, defendia-se que a qualidade do material seria o principal requisito de escolha.

Entre os pontos em comum das obras podem ser mencionadas as indicações dos autores para a forma como os alunos deveriam responder à leitura e as possibilidades de desdobramentos dessa interpretação para a aprendizagem. Acrescente-se a esse aspecto a elaboração de um discurso na escrita dos materiais e nas campanhas nacionais para o ensino histórico, além do diálogo entre a narrativa escrita e expressões do uso coloquial como questões que possibilitam a interpretação dos significados dessas produções na tentativa de aproximar a interpretação da criança.

Outro ponto considerável na apreciação das obras é que a construção de um método pode ser compreendida nas produções das escolas e sobre as instituições escolares. Nesse sentido, para compor o que veio a definir esse ensino é preciso pensar as produções sobre os temas históricos mais recorrentes nesse período e que podem estar relacionados à produção de um estudo específico da história.

A constituição do conhecimento escolar, nesse período, não diz respeito apenas à produção historiográfica, ao contrário, a cultura escolar definia através de outros mecanismos, os usos e ressignificações do conhecimento histórico na escola. A defesa de que a história deveria ser ensinada na escola primária não se compõe apenas de ideários escolanovistas, mas também relaciona-se ao discurso político da educacional nacional. O uso escolar do conhecimento histórico era justificado pelos princípios pátrios da formação da cidadania. A assertiva de que o cidadão deve aprender as características geográficas, a língua pátria e a história dos antepassados compõe a Pedagogia da

Nação (FONSECA, 2001). Essas obras podem ser enquadradas no processo de escolarização na perspectiva da Pedagogia da Nação. A nomenclatura Pedagogia da Nação era acompanhada pelo conceito de cidadania nos moldes da primeira república, e a escola através das práticas educacionais ganhava projeção nesse processo. Fazia-se a propaganda do progresso era feita a partir da representatividade que os conceitos cívicos possuíam no aprendizado do aluno.

Nesse roteiro o ensino de história nas séries iniciais aparece com a proposta que prima pelo conhecimento dos alunos e de suas próprias histórias de vida. Cada autor organizou uma interpretação peculiar para esse objetivo do ensino histórico.

Além disso, o estudo das produções didáticas permite analisar as possibilidades do ensino de história para o público infantil como uma construção de identidades. Esse objetivo difere da ideia defendida pelo ensino moral e cívico, que também compunha o currículo desse nível, mas que se voltava para os exemplos morais e para o desenvolvimento das qualidades da cidadania em diferentes disciplinas. Desse modo, interessa verificar as produções sobre a história local e a argumentação de sua importância nas lições escolares apresentadas nesse contexto.

Se a criança é o adulto em formação e a ela eram destinadas tantas iniciativas educacionais com o objetivo de prepará-la para atuar no crescimento da Nação, faz-se necessário entender como a história participava do quadro de exigências para a atuação social em um recorte, como os autores apontam, fidedigno à realidade da criança do sertão, do litoral, enfim do Nordeste brasileiro.

As obras analisadas seguem dinâmicas ora ligadas à cultura histórica, ora aproximadas do gênero literário das narrativas infantis. Os contos, as historietas e fábulas possuem começo, meio e fim, o que na perspectiva da história ensinada não poderia ser diferente. Contudo a fundamentação lógica de um enredo narrativo não era suficiente para explicar o passado. A orientação nacional de um pretérito em comum constrangia a utilização de qualquer historieta como fundo de verdade para determinado acontecimento histórico.

NOSSA PÁTRIA

O livro *Nossa Pátria: Narração dos fatos da História do Brasil através da sua evolução com muitas gravuras*, de Rocha Pombo⁴, enquadra-se na perspectiva da Pedagogia da Nação. Essa obra seguia a mesma organização temporal dos capítulos presentes em *História do Brasil: com muitos mappas históricos e figuras explicativas*, escrito pelo mesmo autor e publicado também em 1925 pela mesma editora.

O destaque para a sua obra relacionava-se à divulgação da história do Brasil entre os escolares como instrumento de formação de um caráter cidadão nos pequenos. A primeira edição dessa obra foi lançada em 1917, mas a edição analisada nesta pesquisa corresponde à publicação de 1925.

Como outras obras didáticas, *Nossa Pátria* foi encomendada pelos irmãos Weiszflog, ainda em 1916, fundadores da Companhia Melhoramentos de São Paulo para ser publicada como manual dedicado ao público infante-juvenil. O livro foi considerado pelo autor como um resumo da coleção de 10 volumes destinada ao curso superior e ensino secundário, *História do Brasil*, publicada em período posterior.

A sinopse de cinco séculos de história brasileira que apresenta no final do livro *Nossa Pátria* arrola os mesmos tópicos da coleção ampliada, embora os itens sejam mais detalhados no volume para o curso secundário.

A narrativa do *livrinho*, constrói-se em torno da República, os demais temas da História do Brasil são citados em ordem cronológica da história política brasileira. A definição de pátria brasileira presente nesse volume segue a lógica da homogeneidade e do progresso nacional. O passado é repetido, linear e progressivo, bastando, portanto, adaptá-lo às necessidades do século presente (ARAÚJO, 2008).

⁴ José Francisco da Rocha Pombo nasceu no Paraná em 04 de dezembro de 1857 e faleceu em 26 de julho de 1933, no Rio de Janeiro. Foi membro do Instituto Histórico, professor de História da Escola Normal do Rio de Janeiro. A obra de Rocha Pombo é citada no decorrer do trabalho através de referência feitas ao escritor por outros intelectuais. Entre suas obras destacam-se: *História da América* (1900); *História do Brasil* (Em dez volumes publicadas entre os anos de 1905 e 1917).

Ao todo são 51 capítulos⁵ divididos entre os símbolos pátrios, resumo de eventos históricos e biografias de brasileiros ilustres. Todavia, o livro não é tão simples como afirma Rocha Pombo, que o descreve assim ao compará-lo com outros volumes de sua autoria. A suposta simplicidade estava na ausência de uma escrita erudita, preenchida por pormenores da história, e com a apresentação de documentos históricos, mapas e na exclusão de determinados episódios da história nacional que não caberiam no aprendizado infantil. A justificativa para tal procedimento estaria na perspectiva da Escola Nova e no ensino a partir das construções mentais da criança.

A obra é introduzida com as representações dos símbolos nacionais, em destaque a bandeira. Há ainda uma imagem de duas crianças, uma menina e um menino, com a bandeira nacional. Na gravura o menino ergue a bandeira enquanto a menina a beija. A ilustração acompanha a definição de pátria:

Pátria! – terra de nossos pais; onde viveram nossos avós; onde temos as recordações da nossa vida e da nossa família; onde tudo nos fala á alma – campos e mares, florestas e montanhas – e onde parece que até as estrêlas e os próprios ares nos alegam mais que os outros céus! (POMBO, 1925, p.06)

A definição de pátria, peculiar a esse período, está presente nas obras através de conceitos ligados ao nacionalismo. O pertencimento à

⁵ O índice da obra apresentava os seguintes capítulos: 1. Nossa Patria; 2. A Bandeira da nossa Patria; 3. A nossa Independência; 4. José Bonifácio; 5. A Terra e a America; 6. D. Henrique – o Navegador; 7. Descobrimto do Brasil; 8. A primeira colônia; 9. Os índios; 10. Os africanos; 11. Os europeus; 12. Como se começou a fazer o governo da colônia; 13. Os Jesuitas; 14. Fundação de cidades e villas; 15. Como se vivia nas villas; 16. A vida nos sítios; 17. Quilombos; 18. Tempos que passaram; 19. O que era paiz; 20. Como a terra foi cobiçada por estrangeiros; 21. Tentativas de francezes; 22. Tentativas dos hollandezes; 23. Sentimento de pátria; 24. Os bandeirantes; 25. As minas; 26. Como rei de Portugal governava o Brasil; 27. Os impostos e os abusos; 28. Como foram os colonos ressentindo-se do rei; 29. Como os colonos mostraram os seus ressentimentos; 30. Ainda outros males; 31. Não era possível continuar; 32. O rei no Brasil; 33. Retirada do rei; 34. O grito do Ypiranga; 35. Retira-se D. Pedro I; 36. O governo da Regencia; 37. O governo de D. Pedro II; 38. Pelos nossos vizinhos; 39. Ainda pelos nossos vizinhos; 40. Vamos agora libertar o povo paraguaio; 41. Destruimos a tyrania de López; 42. Progressos do Brasil; 43. As nossas letras, artes e sciencias; 43. Grandes reformas; 44. A abolição; 45. D. Pedro II e a monarchia; 46. A Republica; 47. Organiza-se o governo republicano; 48. Firma-se a Republica; 49. Governo da Republica; 50. Governo da Republica; 51. O que é hoje o Brasil.

terra natal precisa ser sentido através da existência de uma língua em comum, da comunhão religiosa, e da veneração aos mesmos antepassados. Em síntese, é necessário conhecer a pátria para amar e admirar para continuar. Os laços morais deveriam unir os povos, ao contrário da inveja e do ódio, sentimentos que levariam à guerra. Sobre as batalhas, há uma ênfase na escrita de Rocha Pombo na Guerra do Paraguai, e nos desdobramentos desse acontecimento para a história nacional.

O conhecimento da história dos antepassados serve, segundo Rocha Pombo, para estabelecer o sentimento de amor à nação. Ele utiliza de sentimentalismo na introdução de seu texto para ilustrar os objetivos do livro: *escrevi este livrinho com todo o meu coração*.

A estratégia de narrativa estabelece a comparação entre o passado e o presente: naquele tempo não havia isso: as coisas eram escassas etc. A sua escrita segue a narrativa de formação do Brasil baseada nas três raças: os índios dos quais os brasileiros herdaram a altivez, os africanos que legaram a amorosidade e o português que trouxe a virtude da inteligência.

Entre as colocações de Rocha Pombo para os episódios da história nacional na seleção apresentada nessa obra, em destaque a narrativa da escravidão. A sua escrita apresenta algumas contradições, como no capítulo sobre os Quilombos, no qual ele narrou a vida dos negros que trabalhavam nos engenhos. Ao afirmar a rapidez com a qual os africanos começaram *logo a entender a língua dos brancos*, o autor, nas linhas seguintes, conclui que a comunicação dos grupos de escravos era interna, pois *lhes era difícil aprender de pronto a língua dos brancos*. (Ibidem, p. 56)

O africano é preto por causa do clima da Africa, que é muito quente; mas é uma raça muito boa, principalmente de muito bom coração.

Quase todos, em vez de odiar, ficaram logo querendo bem aos senhores. Sobretudo as mulheres foram grandes amigas das creanças.

Trabalhadores, obedientes e muito espertos, os africanos fizeram muito pelo progresso do nosso paiz.

Soffreram bastante sahando lá do meio dos seus; e ás vezes o sacrificio para eles era tão grande que chegavam a morrer de saudade.

Afinal a raça foi recompensada, pois os descendentes daqueles pobres escravos hoje são iguaes aos antigos senhores, e sem duvida muito mais felizes do que os parentes que ficaram lá na Africa.

Hoje, somos todos como irmãos.
(Ibidem, p.83)

A contradição do africano em exercer o papel fundamental na construção nacional permanece na narrativa do sofrimento de seu povo e da saudade de sua terra natal, denotando que a retirada das terras africanas seria apenas um detalhe, uma consequência para o progresso nacional. Percebe-se a naturalização do sofrimento dos africanos e a consequente gratidão dos descendentes de escravos com a vida no Brasil.

Para ilustrar as suas descrições o autor utiliza gravuras, principalmente de Debret, e de pinturas, como *A Primeira Missa* de Victor Meirelles. Também existem imagens dos principais personagens políticos do Brasil, monumentos históricos, objetos, paisagens, a apresentação de costumes indígenas, mapas. No quadro das artes e ciências, figuram imagens de alguns dos principais representantes da intelectualidade brasileira como, Castro Alves, José de Alencar, Taunay e outros. Esses recursos poderiam ser utilizados sala de aula, ênfase atribuída à questão metodológica, pertinente ao processo de aprendizado infantil, no qual os professores deveriam atentar para as metáforas, exemplos e sínteses apresentadas através das imagens, dos trechos extraídos de documentos históricos.

Sobre a consolidação do governo republicano, o texto não apresenta as revoltas desse período pelo nome, elas aparecem apenas como crises no decorrer da administração dos presidentes. A figura do governante é citada nessa narrativa como centro dos acontecimentos. Na apresentação do período Imperial, Rocha Pombo construiu uma imagem distante de D. Pedro I, ao contrário de seu filho, D. Pedro II que ganharia notoriedade no período republicano.

A constante preocupação com o público leitor já aparece na apresentação do livrinho de leitura sobre a história pátria. Comparando

a inteligência infantil aos homens simples do povo, Rocha Pombo dedica a obra aos pequeninos que estavam a cursar as primeiras letras. A intenção de mostrar os aspectos gloriosos da pátria por meio dos símbolos de suas vitórias. Não se ama o feio, o imperfeito. Essas definições ajustavam-se no discurso moral das tradições nacionalistas.

O capítulo sobre o cotidiano nas vilas traz descrições das funções da mulher na casa, principalmente na costura e na cozinha. Os comparativos ficam claros nessa lição: a argumentação baseia-se na ausência, os homens *assinavam em cruz*, pois não sabiam ler e escrever, porque não havia escolas; as mulheres tinham dificuldades para fazer a comida porque não havia água encanada, nem fogões, nem fósforos.

As referências à vida da criança servem, nesse caso, para ilustrar as dificuldades do cotidiano das vilas.

As villas e cidades, naqueles tempos,
não eram como hoje.

Além de mal construídas as casas eram
muito tortas as ruas; não eram calçadas, nem
tinha iluminação.

Por isso, de noite quasi nunca saham os
moradores; e quando saham levavam sempre
adeante um rapaz com uma lanterna, ou mesmo
com um facho acceso. (Ibidem, p.45-6)

Mesmo que a vida no passado fosse precária, diante dos obstáculos, havia a amizade entre os homens na constituição das vilas. Homens simples que se uniam para trabalharem na lavoura, auxiliando-se através da cordialidade. Para ilustrar essa situação, Rocha Pombo utiliza uma gravura chamada muxirão ou pizeirão.

No relato da independência não havia informações sobre o acontecimento, apenas descrições das comemorações, que, segundo o autor aconteceram em 7 de setembro de 1822. A obviedade dessa descrição é justificada pelo objetivo do livro em ser instrumento de leitura para as crianças, diferentemente de um compêndio ou livro de lição das coisas.

Logo em seguida, ele apresentou a figura de José Bonifácio como responsável por constituir o Brasil como nação, considerando-o como patriarca da independência. O príncipe português, Dom

Henrique, foi destacado no episódio das Grandes Navegações, como comandante dos homens corajosos que desbravam os mares, dentre eles Colombo.

MINHA PÁTRIA

Effectivamente, conhecer o aluno uma série de factos isolados da nossa Historia sem lhes compreender as ligações respectivas, por falta duma boa ordem na sucessão dos mesmos, nada lhe aproveita á educação civica e moral – elevado e nobilíssimo objectivo a que deve tender o ensino da Historia-patria – e isso porque a idéa de conjunto, embora singelissima, despida de superfluos detalhes, fica sacrificada. (SILVA, 1916, p. 07)

O livro *Minha Patria*⁶: *Ensino da Historia do Brazil no Segundo Anno do Curso Preliminar* foi publicado em 1916. Em sua escrita preliminar, que serviria como advertência para os professores que utilizassem a sua obra em sala de aula, João Pinto e Silva⁷ constrói uma justificativa baseada na adequação do ensino de história pátria no curso primário. A advertência consistia em explanar sobre a conciliação entre a história como disciplina e o ensino aplicado nas escolas. A ressalva, apesar de valorizar, não descartava a dificuldade intrínseca à disciplina histórica e, segundo o autor, sem atrativos para a criança nessa fase do aprendizado.

Nesse discurso não há uma preocupação em indicar a relevância da história para a formação do cidadão, mas em destacar que para suprir essa problemática, vários métodos foram criados para torná-la *amena, de modo a despertar no alumno interesse e gosto por tão util quão*

⁶ Consta nessa edição que o livro foi utilizado nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, Maranhão, Paraná, Bahia e Rio de Grande do Norte. Os capítulos que compõe o livro são: 1. O rei feliz; 2. O caçador; 3. Em passeio; 4. O lavrador e seus filhos (I); 5. O lavrador e seus filhos (II); 6. Os ciganos; 7. O industrial; 8. Tio Pedro (I); 9. N a aula de leitura; 10. Os Palmares; 11. O mau afilhado; 12. O que faz a ambição; 13. Ainda a ambição Tio Pedro (II); 14. Magdalena; 15. O dia 21 de Abril; 16. No Jardim botânico; 17. O museu; 18. Férias; 19. Uma lição bem aproveitada; 20. No Grupo – escolar; 21. O Pantheon (I); 22. O Pantheon (II); 23. Os escravos; 24. A Republica brasileira; 25. A bandeira (I); 26. A bandeira (II).

⁷ João Pinto e Silva foi inspetor distrital escolar do município de São José do Rio Preto. Outras obras do autor: *Meus Deveres* (1916); *Terceiro Livro de Leitura* (1929); *Cartilha do lar* (s/d).

necessario estudo (Idem). Os esforços para explicar a função desse ensino direcionavam de maneira mais significativa à importância do ensino moral e cívico, enquanto era relegada à disciplina histórica a antipatia dos alunos.

Apesar de não especificar os métodos e as leituras realizadas nesse período para a renovação do ensino de história, ele remonta ao uso de biografias dos *grandes homens* e de gravuras para explicar sobre os acontecimentos do passado. Esses foram os recursos defendidos como úteis pelo autor, embora ele tenha considerado não apenas os pontos positivos, mas também havia desvantagens no uso desses recursos no ensino, principalmente para o professor que os utilizava de maneira adequada, tornando o ensino enfadonho e cansativo.

O uso de biografias⁸ adotado nessa escrita escolar era comum, acrescenta-se aliás que o exemplo da vida de grandes homens era usado também em outras disciplinas escolares como um perfil literário. Contudo o formato das biografias e a escolha dos personagens não correspondiam ao mesmo modelo nos diferentes autores. João Pinto e Silva considerava em sua seleção as pessoas ilustres da história militar e política do país. A biografia aparece em sua obra como recurso de transmissão didática eficaz, mas ele também a apontou como falho em seu aspecto educativo. O dilema seria a seleção dos nomes a serem biografados e o isolamento dessa narrativa de outros acontecimentos da história pátria. No entanto a seleção de episódios a partir do indivíduo era uma condição intrínseca ao método biográfico.

Essa fala de J. Pinto e Silva resulta de um estranhamento em identificar falhas na sua escrita. Para essa argumentação ele recorre à banalização da história a partir do fazer historiográfico, afirmando que

⁸ Sobre o uso de biografias no ensino de História, é possível destacar a análise de John Dewey, pesquisador norte-americano: *O método biográfico é geralmente recomendado como meio natural de iniciação no estudo da história. As vidas de grandes homens, de heróis e condutores de homens, corporificam e animam episódios históricos que de outra forma seriam abstratos e incompreensíveis. Condensam em quadros vivos séries complexas e emaranhadas de problemas que se estenderam em tamanha extensão de espaço e tempo, que só um espírito grandemente exercitado pode acompanhá-los e destrinchá-los. (...) Se ao escrever-se uma biografia se relatassem apenas os atos de um homem isolado das condições que os produziram e com referência às quais esses atos eram reações, não se teria um estudo da história, pois não haveria um estudo da vida social, que é o resultado de uma associação de indivíduos.* (DEWEY, 1959, p. 236)

a história por si mesma era considerada de difícil compreensão. Embora admitisse a dificuldade em transmitir um fato histórico não justificava a sua exclusão dos programas de ensino. Ele caracterizou essa ação como antipedagógica.

A ordem cronológica também ganhou relevância nesse discurso. O recurso da demarcação temporal não deveria ser abandonado. A cronologia torna-se responsável pela enumeração de eventos. Contudo, a demarcação temporal dos fatos não possuía importância, e o seu uso demasiado nas lições causaria um desgaste no aprendizado e uma aversão ao estudo. Em contrapartida, o uso da ordem cronológica não significava o detalhamento dos fatos, *rebuscar meramente accidentaes; isto é que é inútil e fastidioso; isto é que degenera em preocupação ridícula, por pedantesca*. (Idem, p. 08).

A ordem cronológica e a seleção dos fatos históricos eram estratégias metodológicas para condicionar o entendimento das crianças e serviam como exigência para que fosse evitada desordem do estudo. Contudo, J. Pinto e Silva não indicava para os acontecimentos referidos a datação de todos eles, mas a indicação da sequência cronológica aparecia na ordenação dos capítulos.

Segue a sua explicação:

Quanto a esta objecção, convém notar, em primeiro lugar, que não há enumerações inúteis no estudo da Historia, porquanto as enumerações são da propria essência da materia; ellas assignalam dum modo positivo, uma evolução lenta e natural, no tempo e do espaço, que a ninguém é dado modificar. Depois, a Historia é um facto evolutivo, por excellencia; seu estudo, mais do que nenhum outro, não admite soluções de continuidade mórmente quando se trata da nossa Historia, em que a chronologia marcha numa sequencia tão logica de acontecimentos, apresentando, quase sempre, uma analogia tão nítida entre a nossa vida individual e a collectiva, que modificar-lhe a ordem e sucessão dos factos a desvirtuar-lhes a integridade propria. Além do que, a concepção hodierna da Historia conduzindo-nos á apreciação do progresso material e moral

da humanidade, não póde divorciar-se da chronologia, porque é esta justamente que nos marca as diversas phases esse progresso, offerecendo-nos, portanto, uma excellente ordem de estudo.

Em segundo logar, seguir a ordem chronologica é acompanhar os factos que não podem ser omittidos, sem graves prejuízos para posteriores conhecimentos do assumpto.

Seguir a ordem chronologica é acompanhar os factos que, pela sua propria natureza ou pelos vultos que nelles figuram, inspirem ao educando o amor pelas grandes causas e pelos grandes homens.

(...)

Entretanto, não difficil, sem sacrificar a chronologia no que Ella de necessidade e sem aversão para o alumno, conduzil-o a uma simples idéa geral da Historia-patria. (Idem)

Para contar a história não bastaria o fato, mas o escritor precisava estar apto a corresponder aos objetivos dessa escrita: agradabilidade e suavidade para a leitura dos pequenos. O dilema sugerido nessa explanação pode ser sintetizado na ideia de que a criança deveria aprender sem fatigar-se dos assuntos abordados. Mas como realizar tal façanha, esse era o desafio em aceitar a proposta do ensino de história sem dificuldades.

Novamente recorre-se ao nível de entendimento da criança, a inteligência infantil. As historietas e os contos deveriam estar à altura da sua compreensão.

É preciso, porém, que essas historietas sejam formuladas de modo a poderem compreender a creança no momento psychologico em que o seu espirito, interessado pelo que estiver compreendendo, accete sem dificuldade, sem esforço, com o verdadeiro prazer, enfim, as noções que ellas devem encerrar ou que dellas devem decorrer.

Para isso, historietas serão *arranjadas* (é o termo) com habilidade: ora tratarão dum facto geral, fácil de sêr particularizado com applicação á *Historia-patria*; ora se subordinarão ao methodo análogo; ora, ao

comparativo; tratarão, em summa, de conduzir sempre a creança ao conhecimento do facto historico, dum modo suave, despertando-lhe o gosto pelo assumpto. (Ibidem, p.09)

A diferença entre esse livro e os outros era a leitura para principiantes, uma classificação simplória. Se há uma classificação na literatura escolar, o livro de João Pinto e Silva era definido como livro de leitura⁹, como ele indicou, um livro para aqueles que se iniciam no mundo da leitura, que ocorrem pela primeira vez à leitura. Vê-se que em comparação às outras obras, que apresentavam estudos mais aprofundados, ao menos na fala dos autores, com metodologias específicas para o ensino primário, o autor do livro *Minha Pátria* não possuía essa preocupação.

A escrita de J. Pinto é composta de metáforas, e como ele ponderou, de analogias e comparações.

Nella havia *extensas mattas-virgens*, sempre verdejantes. Seus campos *imensos*, na Primavera cobriam-se de flores belíssimas e perfumosas. No céu, dum azul *puro e sereno*, deslisavam nuvemzinhas alvas, alvas com *flócos* de algodão. Por toda a parte havia abundancia de rios, *regatos e rumorosas cachoeiras*. Frutos saborosos pendiam das arvores. Por todos os lados via-se uma multidão de passarinhos de variadas cores. Outros animaes, de diversas fórmas e tamanhos, povoavam as florestas.

Essa terra encantadora era ainda muito rica em minas de ouro e de ferro, bem como em diamantes e outras pedras preciosas.

⁹“Assim, livros infantis com temática histórica vão se constituir numa modalidade de literatura escolar bastante utilizada pelo mercado editorial brasileiro, durante grande parte do período republicano (notadamente até os anos e 1950), pois tinham público certo e garantido: os alunos do ensino primário em fase aprendizagem escolar da leitura e da escrita.” (ÓRIA, op. Cit., p. 43). Augustin Escolano classifica: a) livros de iniciação: obras destinadas a ensinar as técnicas elementares da leitura e escrita; b) séries cíclicas: textos de diferentes níveis de complexidade que expõem os conteúdos de forma graduada; c) modelos enciclopédicos: textos sintéticos que procuram reunir em um só volume toda a cultura escolar; d) livro-guia: são todos aqueles que se anunciam como manual, curso, programa de uma determinada disciplina escolar; e) livro consulta: livro auxiliar que complementa os textos básicos; f) livro ativo: como os cadernos de atividades, fichas de exercícios, em que o aluno intervém diretamente. (Ibidem, p. 45)



Crescia também ali um vegetal denominado *pau-brazil*, de madeira vermelha como a braza.

Por isso deram á terra descoberta o nome de Brazil.

Brazil é a nossa querida *patria*, até hoje bela e rica como outr'ora. (Ibidem, p.14)

O método comparativo indicado na advertência não correspondia ao uso de diferentes conceitos históricos ou episódios da história nacional em relação aos diferentes estados, ou à história universal, mas ajustava-se à narrativa de causos e contos a partir do tempo presente para explicar o cenário brasileiro em tempos pretéritos.

Todavia, podemos afirmar que nelle procuramos sempre alliar á simplicidade á propriedade dos termos, a correcção da phrase; á naturalidade das imagens, a singeleza e verdade dos conceitos.

(...) Não é, e nem poderia sêr, um livro de literatura scintillante, primorosa, como o imaginam aquelles, por não saberem ou não quererem estabelecer a distincção entre literatura didactica e literatura propriamente dita, acoimam de mal escritos, inuteis prejudiciaes e quejandos os livros didacticos que não vêm recheados de conceitos transcendentaes de envolta com termos hyperbolicos, pachorrentamente enxertados em phrases retumbantes e campanudas. (Ibidem, p. 10)

Desse modo, J. Pinto e Silva indica diferentes problemas na escrita da história escolar:

Quanto á *banalidade dos assumptos* – outro *Achilles* da critica atrabaliaria, no seu açodamento systematico de destruir, *mas só destruir* – convenhamos que um livro destinado a creanças não banal, porque as narrações nelle contidas tratem de factos vulgares communs. É assim mesmo que elle deve sêr: - o que é familiar também se torna *natural* e é este um ponto de capital importancia a attender na educação infantil.

Segundo o mesmo plano deste, pretendemos escrever, mais dois livros, sendo um para o *terceiro* (1) e outro para o *quarto anno* preliminar, nos quaes, de conformidade o

desenvolvimento intelectual dos alumnos que ferquentam esses *annos*, e vasados em moldes mais elevados, surjam, a pouco e pouco, as ampliações que este não deve comportar.

Desse modo, pensamos que, no fim de seu curso, o alumno virá a adquirir conhecimento regular da Historia-patria. (Ibidem, p. 10)

A ideia de simplicidade na escrita confunde-se com a banalização da história. Para além dos problemas de conteúdo, ele defendeu sua obra ao mesmo tempo em que demonstrou discordâncias com o modelo de apresentação das sínteses históricas, ou seja, os problemas em sua fala não diziam respeito a questões pedagógicas, mas de maneira relevante à história pátria em comparativos de evolução.

As considerações preliminares do autor que se restringiam à cronologia, não foram identificadas a outras questões metodológicas como o uso de documentos, o trabalho do historiador.

Quanto às recomendações pedagógicas, o autor apresenta roteiros de aplicação para as lições:

NOTAS:

1º - Explique o professor ao alumno os termos necessarios de cada lição, *principalmente* os gryphados.

2º - Chame-lhe a atenção sobre as *ilustrações* do texto.

3º - Solicite na parte histórica por meio de *questionarios* bem formulados.

4º - Faça-o *interpretar* a lição lida.

5º - Empregue o mappa geográfico, sempre que fôr necessario.

6º- Faça o alumno desenvolver, oralmente ou por escripto, os exercicios que se acham no fim de cada lição. (Ibidem, p. 11)

Os exercícios apresentados no final da lição não condiziam com as informações presentes no texto, ao passo que a linguagem utilizada pelo autor perdía o sentido ao solicitarem que a criança indicasse as informações sobre o descobrimento do Brasil, através de datas e descrições dos personagens. O recurso do exercício exigia que a criança

indicasse informações diretas sobre o que foi narrado, embora as historietas não fossem questionadas, contanto que as respostas fossem retiradas de informações indicadas no texto. Um exemplo foi uma questão apontada a partir do texto citado acima: *O que é o Brasil*. As descrições da paisagem serviam apenas para enaltecer as belezas naturais do Brasil.

Ainda sobre o período do descobrimento, João Pinto e Silva apresentou os indígenas a partir do estranhamento de um inglês:

Eram bem diferentes dos que, até então, elle conhecera. Tinham a pelle cor de cobre, os cabelos negros e compridos, e estavam nus, apenas traziam ao redor da cinta, uma faixa enfeitada de penas de diversas cores. Nas mãos seguravam objetos que deviam de ser suas armas. (Ibidem, p. 16)

O estranhamento do personagem para a presença de indígenas na floresta foi resolvido pela explicação apresentada ainda nessa lição sobre os hábitos e costumes dos índios no Brasil. No entanto, em tom de sátira, o autor encerra a lição afirmando que o medo do inglês não havia passado mesmo após os esclarecimentos.

A presença dos colonizadores foi apresentada através do progresso que esses trouxeram ao fundar as cidades. Em diálogo entre pai e filho, a presença dos europeus foi simplificada: - *Não é preciso que lhes saibas os nomes* (disse o pai). *Basta dizer-te que esses homens vieram, em expedições, explorar e colonizar o nosso paiz*. (Ibidem, p. 20)

Para explicar a presença dos franceses no Rio de Janeiro, eles foram comparados a ciganos. Na explanação sobre os governos-gerais ele indicou na figura do industrial, remetendo-se ao século presente, que a presença de apenas um governante garantiu ao Brasil a conciliação na administração de seu território.

O uso de situações do cotidiano para introduzir os temas e criar analogias e comparações chamou a atenção no capítulo 07, intitulado *Na aula de leitura*, quando uma situação de preconceito serviu para introduzir o tema. O caso envolvia os alunos de um grupo escolar, em relevo o *pretinho Benedicto*, que embora fosse um aluno distinto sofria

com o racismo dos colegas de turma e na ocasião da leitura diária não conseguiu progredir com o ato de ler, porque não conteve o choro:

(...) Um outro menino, que sabia o que se tinha passado, falou:

“Benedicto não quer acusar ninguém, mas elle tem razão de chorar.

Um colega *insultou-o* muito, no recreio, e ainda lhe disse: *negro não é gente*. Muitos meninos *concordavam* com o insulto.”

- Foi um tolo quem lhe disse isso, tornou o professor. Ainda mais tolos foram os que concordaram.

Ora, ouçam uma historia, e depois me digam si negro não é gente.

Quando o Brazil passou para a Hespanha foi, duas vezes, invadindo pelos *hollandezes*.

Da primeira vez eles estiveram durante um anno em nossa terra, na Bahia.

Era governador Diogo de Mendonça Furtado.

Graças aos esforços do bispo D. Marcos Teixeira e de outros patriotas, foram os *invasores* expulsos de nossa patria.

Da segunda vez estiveram aqui muitos anos. Foi no tempo em que Mathias de Albuquerque governava *Pernambuco*.

Era Mathias de Albuquerque um general cheio de valor e de energia.

Adversário temido dos *hollandezes*, combateu contra estes quase todo o tempo da guerra.

Si não fossem o valente Mathias de Albuquerque e outros grandes homens, com certeza os *hollandezes* não teriam mais sahido de nossa terra.

Só depois de muitos *combates*, é que foram obrigados a retirar-se.

Dentre os *héroes* que expulsaram os *hollandezes*, houve um muito valoroso. Além de patriota, era valente como um leão.

Uma vez, em batalha, foi elle gravemente ferido numa das mãos. Julgando o ferimento ter sido feito por *projectil*

envenenado, mandou amputar a mão ferida e continuou a *peleja*.

Esse héroe, esse bravo, era humilde negro chamado Henrique Dias.

- Agora me digam si negro não é gente?

Ninguém respondeu, mas os colegas que tinham ofendido a Benedicto, foram, um por um, pedir-lhe desculpas.

(...) (Ibidem, p.44-5)

O herói negro considerado pela ação de bravura na batalha contra os holandeses. A ênfase não recaía na figura do negro, mas no heroísmo do personagem. No exercício referente a essa lição não havia nenhuma questão relacionada ao episódio de racismo na passagem, mas novamente dados sobre o fato histórico e nesse caso, a Guerra Holandesa.

Nessa passagem J. Pinto e Silva, não fez referência à escravidão, nem à presença dos africanos no Brasil – ao passo que a ideia de escravo estava ligada mais aos brasileiros do que aos africanos quando eles eram comparados aos portugueses - contudo a naturalização do insulto pode ser explicada na própria escrita, quando no capítulo seguinte ele narrou a existência do Quilombo de Palmares. Nessa passagem ele descreveu os negros como ferozes, temidos. Os adjetivos utilizados para classificar o comportamento dos negros fugidos que formavam as comunidades quilombolas dividiam espaço como outras nomenclaturas similares na descrição das ações dos homens nas batalhas da história brasileira. As metáforas e comparações presentes nos capítulos relacionavam o comportamento dos personagens com definições de vaidade, ambição, inveja e egoísmo.

A identificação do negro com a escravidão e com o sofrimento só foi transcrita pelo autor no capítulo sobre a abolição da escravatura. Depois de narrar a dura batalha pela sobrevivência em uma situação na qual um escravo morre pela exaustão do trabalho, ele apresentou como vergonhosa a situação desses indivíduos no Brasil. Novamente a ação patriótica de cidadãos brasileiros venceu o atraso dessa condição, dentre eles Visconde do Rio Branco, José do Patrocínio e a princesa Isabel.

A criança que escuta: nos trechos em que existem diálogos entre os personagens do livro os adultos que contam as histórias são recebidos pelas crianças com entusiasmo e ao final das lições saúdam

os mais velhos como sabedores dos mais belos ensinamentos do passado. Esse perfil de infância apresentado por J. Pinto ao ser comparado aos outros autores demonstra uma distância da realidade. Quase imaginária. Os enredos estavam voltados para a curiosidade da criança, os problemas cotidianos e a existência de monumentos eram explicados a partir dos eventos históricos.

Mas, por que razão Tiradentes não foi perdoado, Renato?

- Porque, para livrar seus companheiros, chamou toda a culpa sobre si.

Que herói! exclamou Guilherme.

- Herói mesmo, confirmou Renato. E, como herói, subiu á *forca* a 21 de Abril de 1792.

- Como vê, Guilherme, Tiradentes foi uma vítima do amor da patria. (Ibidem, p. 69)

O amor da pátria causou consequências trágicas para Tiradentes. A condenação desse herói nacional foi simplificada na fala do aluno como se retratasse um episódio do cotidiano escolar, com brigas, confusões nas quais, ele e seus colegas se envolviam.

Retomando-se a questão do herói, no panteão de heroísmo, o mais celebrado deveria ser Duque de Caxias pelos feitos no serviço militar na batalha contra a Argentina, em apoio ao Uruguai.

Era preciso, pois, o Brazil auxiliar o Uruguay. Foi encarregado de mais essa missão o bravo duque de Caxias. Marchou elle contra Manoel Rosas, presidente da Argentina, e conseguiu a libertação do Uruguay.

O nome, portanto, dum homem como o duque de Caxias, deve sempre sêr lembrado por seus compatriotas.

Além do que, o duque de Caxias ainda prestou, mais tarde, outros serviços á patria. Pôde dizer-se que não houve brasileiro mais digno, mais patriota do que elle.

Honra, pois, ao grande homem!
(Ibidem, p.88)

No que diz respeito à complementação do aprendizado, João Pinto e Silva encena em uma das lições uma visita a um museu:

Hontem fomos ao Museu do Ypiranga.
Após agradável viagem de bonde electrico chegámos ao *magestoso* edificio onde se acha o Museu.

Percorremos todos os seus salões, em cada um dos quaes ficámos encantados pelo que vimos. (Ibidem, p.76)

Segundo o autor, a criança poderia apreender diferentes momentos da história nacional através da visitação ao museu observando a sua organização. No final de sua obra, os alunos do grupo escolar fariam uma visita ao museu. Complementando o espaço museológico havia a presença de monumentos pela cidade. Esse recorte demonstra os significados para as homenagens aos grandes homens da independência e da república.

Tanto o Brasil quanto Portugal eram apresentados através da personificação de sentimentos pátrios. No primeiro caso, o orgulho, a estima e no segundo a desaprovação e a rejeição. Os brasileiros estavam *condenados* à República: *A Republica foi sempre o sonho dourado dos brasileiros. Por isso o glorioso dia 15 de Novembro, é para os filhos do Brasil o maior dia de desta nacional* (Ibidem, p.105).

A transição entre uma época e outra denota sempre o sentimento de orgulho pátrio. Nessa perspectiva não seria necessária a espera pela República para exaltar o nacional, o Brasil era um só desde o início.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Valdeir Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Pátria, civilização e trabalho: o ensino e história nas escolas paulistas (1917-1939)**. Edições Loyola: São Paulo, 1990.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. “Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1982):” livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 17-41.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. In: Educação e Pesquisa. [online]. São Paulo, 2004, v. 30, n. 3, pp. 549-566.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: UNESP, 1999.

DEWEY, John. **Democracia e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima; SIMAN, Lana Mara de Castro (org.). **Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens do ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ÓRIA, Ricardo Fernandes. **O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar para o ensino de História (1934-1961)**. São Paulo: Annablume, 2011.

POMBO, Rocha. **Nossa Pátria**. 79ª Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

Revista de Ensino - órgão da Associação Beneficente do professorado público de São Paulo. Ano XVIII, 1918.



SILVA, J. Pinto. **Minha Pátria**. 23ª Ed. São Paulo: Thyphographia Siqueira, 1926.

Recebido em 21/05/2017 - Aprovado em 2/07/2017